

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2010 - NÚMERO 15-----

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Duarte Pereira, Mário Manuel Pereira Peixinho, Luís Filipe Silva Garrotes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.-----

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezassete horas e cinquenta e cinco minutos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Vereador Luís Garrotes referiu as diversas interrupções no abastecimento de água na vila, questionando o Presidente sobre a forma como se efectua a comunicação entre a empresa Águas dos Ribatejo e a Autarquia em situações como esta, no sentido da obtenção por parte da Câmara da justificação para os problemas detectados. O Vereador referiu ainda os trabalhos de manutenção levados a cabo por esta empresa e pediu esclarecimentos sobre a forma como a empresa articula com a Câmara a informação relativa aos trabalhos em agenda, de modo a que a Autarquia possa tomar antecipadamente as devidas providências.-----

Em seguida, o Vereador perguntou por novidades relativamente ao projecto CLDS, assim como relativamente ao problema do barulho provocado pelos bares e a nova medição de ruído que estava prevista.-----

Relembrou ainda que a proposta de subsídios para as associações com actividades culturais tinha ficado pendente na última sessão, assim como o esclarecimento quanto ao apoio em combustível a atribuir ao C. D. “Os Águias”.-----

Relativamente à escola de equitação e à Reserva Natural do Cavalo Sorraia, o Vereador pretende saber se existe alguma ideia ou projecto para a dinamização desse espaço.-----

O Vereador evocou também a intervenção do munícipe Eduardo Costa na Assembleia Municipal dando conta dos maus acabamentos nas obras levadas a cabo pela TagusGás nas ruas de Alpiarça. O Vereador perguntou se a Câmara já tinha efectuado algum contacto com a empresa a fim de esta justificar e regularizar a situação. Para além disso, o Vereador pretende conhecer a extensão das obras, isto é, que partes da vila irão, e quando, beneficiar do serviço de gás natural.-----

Por último, o Vereador referiu uma construção de madeira situada junto da ponte de Alpiarça que se encontra muito degradada e aparentando constituir perigo ao nível da cobertura, e perguntou se a Câmara já tinha entrado em contacto com o proprietário a fim de este tomar as medidas necessárias.-----

A Vereadora Regina Ferreira perguntou por novidades relativamente à construção da portaria e à reparação do telheiro da Escola E.B. 2,3/S.-----

O Presidente começou por responder à última questão do Vereador Luís Garrotes, afirmando ter tido conhecimento desse assunto, embora não consiga precisar se o proprietário tinha sido contactado. De qualquer forma, o Presidente assegurou que vai de novo inteirar-se dessa questão e insistir com o proprietário.-----

Em relação à interrupção do fornecimento de água, o Presidente explicou que não se tratou de uma obra programada, mas antes de uma avaria numa bomba submersível. Nessa altura a Câmara participou a avaria às Águas do Ribatejo (AR) e entrou em acção, juntamente com a AR e os bombeiros municipais no sentido de minorar as consequências dentro dos possíveis, através do acompanhamento dos trabalhos de reparação e do acompanhamento dos bombeiros na distribuição de água à população.-----

Já quanto às acções de manutenção dos dias 14 e 15 de Junho, o Presidente explicou que essas acções estavam programadas e foram divulgadas com a antecedência devida.

Acontece que a segunda intervenção não decorreu dentro do que estava previsto e acabou por demorar o dia todo quando inicialmente estava previsto que estivesse concluída em poucas horas.-----

Em relação à contaminação da água, o Vereador Mário Peixinho disse que contactou a AR e que lhe foi explicado que os trabalhos não decorreram como previsto. Em todo o caso, o Vereador depreende que os procedimentos não devam ter sido os mais correctos, porque de outra forma não poderia aparecer na rede água de tal forma turvada. O Vereador adiantou ainda que o relacionamento da Câmara com a AR não tem sido o melhor e justificou esta afirmação na ausência de respostas ou nas respostas evasivas que a empresa normalmente dá às questões que o Município de Alpiarça lhes coloca.-----

O Presidente afirmou que mantém um bom relacionamento institucional com a empresa e que é sua intenção falar com o Director-Geral da AR para analisar com todas estas questões. Em relação ao volume de investimentos previsto para o subsistema constituído por Almeirim e Alpiarça, o Presidente adiantou que o valor previsto ronda os 3 milhões de euros e que será distribuído pelas várias estações elevatórias, pela ETAR, condutas, etc.-----

Relativamente à dinamização da Reserva do Cavallo Sorraia e da escola de equitação, o Presidente respondeu que, tanto no que respeita a esse espaço como ao Parque de Campismo, estão a ser analisadas todas as possibilidades a fim de chegar a consenso sobre a forma mais viável de gestão dos espaços. Essa gestão pode ser feita directamente pela Câmara, caso se entenda que a autarquia tem meios para tal, ou através de parcerias. Esta é, portanto, uma questão que implica uma decisão de fundo e, como tal, o Presidente propôs uma discussão alargada a todo o Executivo, em momento oportuno.-----

Em relação às obras na Escola E.B. 2, 3/s, o Presidente informou que neste momento se aguarda a proposta de intervenção por parte do Ministério, bem como a visita de uma arquitecta da DRELVT para fazer o levantamento da obra a realizar. Não podendo o Ministério assumir a obra uma vez que a transferência do edifício está concluída, este transferirá para a Câmara as verbas correspondentes, sendo que à Câmara caberá encarregar-se de iniciar os procedimentos concursais e assumir-se como dona da obra.---

Sobre a questão do CLDS, o Vereador Carlos Pereira informou que já foi enviada uma carta para a Fundação José Relvas denunciando o acordo entre as partes e anunciando que a Câmara iria procurar um novo parceiro para assumir a liderança deste projecto. Ao mesmo tempo seguiu uma carta para a A.R.P.I.C.A. formalizando o pedido de parceria e pedindo a marcação de uma reunião. Entretanto aguarda-se a resposta.-----

A questão do ruído dos bares, segundo o Vereador, não sofreu desenvolvimentos. O pedido de nova medição do ruído já foi feito há algum tempo mas a Câmara ainda não obteve resposta, pelo que se calcula que os testes ainda não se tenham realizado.-----

Sobre os subsídios para as actividades culturais, o Vereador informou que essa proposta virá para a próxima reunião de Câmara.-----

Relativamente à TagusGás, o Vereador Mário Peixinho passou a palavra ao Eng. José Portugal, pessoa que tem acompanhado esse processo e que melhor pode esclarecer os vereadores em minoria.-----

O Eng. José Portugal informou que essa empresa apresentou um plano de intervenção para o Concelho de Alpiarça para o ano de 2010, plano que fará chegar aos vereadores. De resto, neste momento a empresa está a desencadear o processo para fornecer abastecimento nas escolas, assim como na Casa dos Patudos, Complexo Desportivo e Parque de Campismo. Relativamente às anomalias nos acabamentos, situação referenciada por um munícipe na última Assembleia Municipal, informou que tem uma reunião marcada com o responsável da empresa para tratar do assunto.-----

O Presidente acrescentou que essa reunião contará também com a presença de um elemento do Executivo.

ORDEM DO DIA:

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

OBRAS:

- **Susana F. Ferreira - Constituição de Compropriedade - Certidão.**

Aprovado por unanimidade autorizar a constituição de compropriedade, de acordo com o parecer técnico.

- **Remodelação e Beneficiação do Museu dos Patudos - Casa dos Patudos - Alteração ao Projecto de Electricidade e Segurança.**

O Presidente explicou tratar-se de uma proposta de alteração ao projecto após terem sido detectadas pelos funcionários da Casa dos Patudos algumas insuficiências no que toca a questões relacionadas com a electricidade e com a segurança.

Aprovado por unanimidade.

- **Proposta do Senhor Presidente da Câmara - Processo nº 790/05.4TBALR - Lotes nºs 49 e 52 da Zona Industrial.**

Aprovado por unanimidade, com ausência da sala durante a votação do Vereador Carlos Pereira, deliberar autorizar a transmissão do direito de superfície mediante o pagamento da compensação e na condição de ser assinado o acordo de transacção judicial, de acordo com o parecer jurídico.

- **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Actualização.**

O Presidente explicou que este processo se iniciou no âmbito da CIMLT e que dentro das discussões que tiveram lugar se tentou encontrar um consenso entre os vários municípios associados no sentido de criar um projecto de regulamento comum, como veio a acontecer com a elaboração da proposta que agora se põe a apreciação.

Aprovado por unanimidade o projecto de regulamento municipal de urbanização e edificação que estará a partir de agora em apreciação pública por um período de 30 dias, no fim do qual voltará a reunião de Câmara para aprovação do regulamento.

VÁRIOS:

- **Plano de Saneamento Financeiro**

O Presidente alegou que, após análise das contas aprovadas e do relatório da auditoria feita à Câmara Municipal de Alpiarça, se chegou à conclusão que a situação financeira da Autarquia era de tal forma insustentável que pressupunha a declaração do desequilíbrio financeiro conjuntural, situação que já tinha sido anteriormente exposta em antecedentes reuniões de Câmara. Também já tinha sido abordada a questão de que a análise objectiva dos dados remete a autarquia para a declaração de desequilíbrio estrutural, situação mais penosa para o município e que se tenta evitar com a declaração do desequilíbrio conjuntural, tal como previsto na lei das Finanças Locais, e consequente tentativa de reequilíbrio das contas através da implementação de um plano de saneamento financeiro. Com o objectivo de transformar a dívida a curto e médio prazo em dívida a longo prazo, o plano de saneamento prevê a contratação de um empréstimo bancário no valor de 6.135.546,00€ com prazo de 12 anos. O Presidente fez breve referência a outros tópicos constantes no plano de saneamento financeiro, nomeadamente no que se refere ao difícil aumento da receita para um município com as características do município de Alpiarça, e no que se refere à diminuição da despesa, que passará, por exemplo, pelo corte na despesa com o pessoal, embora nunca implicando despedimento de funcionários. As opções para o corte da despesa passam pela redução de trabalho extraordinário, assim como pela redução na aquisição de bens e serviços por parte da Autarquia. De resto, o plano está descrito no documento,

cabendo agora à Câmara votá-lo e submetê-lo à aprovação na Assembleia Municipal, após o que se entrará em contacto com as entidades bancárias a fim de se apurar qual a que oferece melhores condições de empréstimo. Por último, depois da aprovação da Câmara e da Assembleia, e depois da garantia de financiamento, o plano deverá ser enviado ao Ministro das Finanças, bem como ao Ministro que tutela as Autarquias. Em todo o caso, o Presidente lembrou que tudo isto só é exequível se não cortarem verbas ao Município no âmbito da ultrapassagem do limite legal de endividamento.-----

A Vereadora Regina Ferreira perguntou se se estava a pensar entregar o documento tal como está à Assembleia e depois às restantes entidades. A Vereadora justificou esta pergunta no facto de considerar que o documento não parece ser um documento elaborado pela Câmara, mas antes um documento elaborado pela empresa POC-Alentejo, responsável pela auditoria à Câmara Municipal. A Vereadora entende que a empresa tivesse colaborado, mas considera que é à Câmara que cabe fazer uma proposta desta envergadura.-----

O Presidente reconheceu que o documento foi elaborado em grande parte em colaboração com a POC-Alentejo, empresa que a Câmara contratou para ajudar nesta questão. No entanto trata-se de apreciar uma proposta de plano que, depois de aprovado pela Câmara, passa a ser um documento da inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Vereadora insistiu dizendo que muitas vezes o documento é enunciado como relatório e não como plano. A Vereadora acrescentou ainda que considera que o documento não concretiza em pormenor todas as operações que pretende implementar, antes as descrevendo de uma forma um tanto vaga e focando sobretudo os aspectos financeiros. Desta forma, a Vereadora confirma a sua opinião de que não se trata efectivamente de um plano, já que um plano deve conter objectivos, descrição de actividades e calendarização, mas na verdade o documento apresenta unicamente as metas que pretende atingir sem concretizar com acções a forma como as atingirá. Posto o que a Vereadora concretizou a sua crítica com exemplos retirados do documento. Este menciona a intenção de fazer cortes em actividades e serviços, mas não especifica que actividades nem que serviços. A Vereadora considera ainda que se deveriam ter estudado outras alternativas à aplicação deste plano de saneamento financeiro em vez de se ter aceitado tão rapidamente a proposta da empresa POC-Alentejo.-----

No que toca à redução da despesa, a Vereadora fez algumas sugestões que poderiam ter sido consideradas no plano, nomeadamente no que se refere à diminuição de despesa com a comunicação escrita; ao possível pedido de reavaliação dos contratos de seguros no sentido de se conseguir contratos mais favoráveis; à diminuição de pagamento de horas extraordinárias e ajudas de custo, concretizando as actividades em que essa redução iria ocorrer; através do recurso ao outsourcing no sentido de dar apoio a pequenas e médias empresas do Concelho; através da optimização da afectação de recursos humanos, financeiros e técnicos; através da procura de novas fontes de financiamento, apesar de a Vereadora admitir que, dadas as características do município, seria difícil obter um desempenho positivo neste campo; e por último, através da maximização de receitas, através de concessões, rentabilização dos recursos próprios, etc.-----

A Vereadora considera também que o documento devia ter sido elaborado com outra atenção em relação à apresentação dos números, uma vez que se nota a intenção de introduzir tudo o que seja dívida a fim de agravar ainda mais a situação. A Vereadora referiu a introdução da dívida à ADSE, que cada vez que é referida vem aumentada em relação à referência anterior, e criticou a inclusão da dívida de obras que ainda estão a decorrer e que vão terminar em 2010, e que por isso poderiam não ter sido incluídas na

dívida referente ao ano de 2009.-----

O Vereador Luís Garrotes, complementando o que a Vereadora Regina Ferreira no que toca à redução de custos, referiu o trabalho levado a cabo pela empresa INTERSISMET na obtenção discriminada de todos os custos associados a todos os processos da responsabilidade da Câmara, e que poderia ter representado uma excelente ferramenta de trabalho para a apresentação dos parâmetros e acções concretas em que se poderia aplicar alguma optimização e redução de custos.-----

O Vereador pediu também esclarecimentos acerca da dívida à ADSE que em três partes do documento aparece com valores diferentes, e sobre a razão da dívida à QUINAGRE ser já contabilizada, uma vez que o processo decorre ainda em tribunal.-----

Citando o parágrafo constante na página 12 do Plano, o Vereador questionou a veracidade dos factos que reportariam à Câmara uma dívida no valor de cerca de 19.000,00€ à Electrotejo respeitantes à construção de um PT, obra de que não existe processo de adjudicação, sendo mencionado no documento que a obra foi verbalmente adjudicada pelo ex-vereador Ferreirinha. Segundo as informações de que dispõe, o Vereador contesta esta afirmação.-----

Dada a impossibilidade de comprovar os factos, o Presidente sugeriu a retirada do parágrafo em causa. Acrescentou ainda que esse valor aparece como dívida a não assumir pelo município, precisamente pelas dúvidas que suscita quanto à sua legitimidade.-----

Em seguida, o Vereador Luís Garrotes pediu esclarecimentos sobre o alegado aumento exponencial da despesa corrente em 2009, tal como consta na página 25 do documento.- Criticou também a opção de mencionar o aumento da despesa com o pessoal a propósito da assinatura do contrato de transferência de competências na área da educação, uma vez que esse acréscimo de despesa com pessoal tem a sua contrapartida na compensação monetária que a Câmara recebe por parte do Ministério. -----

O Presidente explicou que essa despesa é mencionada porque ela aumenta a despesa relativa com o pessoal, mas em nenhuma parte do documento se nega a existência de comparticipação estatal.-----

Retomando a sua intervenção, e no que diz respeito à receita e à necessidade de a aumentar, o Vereador manifestou as suas dúvidas sobre a forma como esse aumento se vai processar.-----

O Presidente informou os vereadores que está a ser trabalhado um documento que concretiza de forma discriminada, consoante as várias rubricas orçamentadas, o montante de redução, no caso da despesa, e o montante da maximização, no caso da receita. Contudo, esse documento com a concretização prática das directrizes teóricas que no plano se explanam ainda não está acabado, pelo que posteriormente será distribuído pelos vereadores.-----

Sobre a dívida à ADSE, os vários números que aparecem dizem respeito à dívida contabilizada, à dívida que estava por contabilizar e ao total da dívida já com os juros e a contabilização em falta.-----

Entretanto, o Presidente adiantou que tinha reunido no dia transacto ao desta reunião com o Secretário de Estado da Administração Local que se mostrou disponível para colaborar com a Câmara no que respeita à eventual ultrapassagem do problema da retenção de verbas pelo excesso de endividamento, condição sem a qual este plano de saneamento não tem viabilidade.-----

Quanto à acusação de não terem sido consideradas outras alternativas a esta solução, o Presidente afirmou que esta é a única solução viável para a insustentável situação financeira da Câmara e a única possível pela Lei de Finanças Locais.-----

Posto à votação, o projecto do Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado por maioria

com dois votos contra dos Vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes. Remeter à Assembleia Municipal.-----

Os vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes fizeram declaração de voto, justificando a sua posição no que disseram anteriormente, a saber: os vereadores consideram que o plano não é de facto um plano mas antes um relatório, na medida em que aspectos importantes na estruturação de um plano estão omissos no documento. Por outro lado os vereadores também não concordam com alguns números apresentados. Na opinião dos vereadores os dados poderiam ter sido apresentados de outra forma e poder-se-ia ter equacionado uma outra alternativa de proposta que não compromettesse o município por este período de doze anos.-----

O Presidente da Câmara fez igualmente declaração de voto: perante a insustentável situação financeira do município de Alpiarça, reflectida nas contas de 2009 e no relatório da auditoria recentemente apresentado, e perante a inexistência de uma alternativa concreta e credível, este plano de saneamento financeiro, com a consequente declaração do desequilíbrio conjuntural, é a única forma de recuperar financeiramente a Câmara Municipal de Alpiarça.-----

- Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico - Oferta de um exemplar do Livro “Vozes do Ventre da Lua” de José Miguel Noras.-----

Tomou-se conhecimento. Fazer o agradecimento e entregar o livro à Biblioteca Municipal de Alpiarça.-----

- AMI - Pedido de Apoio.-----

O Presidente propôs a atribuição de um apoio no valor de 85 euros para alimentação de um utente durante um mês num Centro Porta Amiga.-----

A proposta do Presidente foi aprovada por unanimidade, com ausência da Vereadora Regina Ferreira.-----

- Tarifas do Parque de Campismo Municipal de Alpiarça - Parecer Jurídico.-----

O Presidente explicou que, dado que o Parque de Campismo estava anteriormente concessionado, este não fazia parte da deliberação para as taxas e licenças a cobrar pela utilização dos espaços, pelo que nunca se previu que esta questão se iria colocar. Segundo o parecer jurídico, é possível, neste caso, distinguir uma taxa de um preço, permitindo assim à Autarquia definir os preços fora da deliberação para as taxas e licenças para o presente ano. Assim, os serviços apresentaram uma proposta de fixação de preços que espelhavam na íntegra os preços anteriormente praticados.-----

A proposta de preços a cobrar no parque de campismo foi aprovada por unanimidade, de acordo com o parecer jurídico que sustenta esta possibilidade, e com ausência da Vereadora Regina Ferreira.-----

- Proposta de Alteração do Plano Director Municipal (PDM).-----

O Presidente explicou que a necessidade de a Câmara proceder a uma alteração ao seu PDM deriva da dependência do PDM ao PROV.T (Plano de Reordenamento do Território do Vale do Tejo), que após aprovação obriga à alteração dos PDM's abrangidos por esse plano. Assim, propõe-se a adaptação às novas disposições aprovadas em instâncias superiores.-----

Aprovado por unanimidade, com a ausência da Vereadora Regina Ferreira. Remeter à Assembleia Municipal.-----

INFORMAÇÕES: -----

- Fundação José Relvas - Agradecimento.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça - Secção vespista - Agradecimento.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- GUE/NGL - Apresentação de pergunta parlamentar da Deputada Ilda Figueiredo.-----

Tomou-se conhecimento.-----

INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:-----

Não houve inscrições.-----

O Presidente propôs a entrada, fora da ordem do dia, de dois outros pontos.-----

O primeiro diz respeito à proposta de alteração do mapa de pessoal.-----

Posto à votação, a entrada do ponto foi aprovada por unanimidade, com ausência da Vereadora Regina Ferreira.-----

- Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal.-----

O Vereador Carlos Pereira explicou que, para além do conselho da IGAL que alertou para a necessidade de abertura de lugares específicos no quadro de pessoal, a opção de alterar o mapa de pessoal prendeu-se também com o facto de existirem contratos a termo determinado prestes a vencer ou mesmo já vencidos e sem possibilidade de renovação, e não se perspectivar grandes possibilidades de no futuro se poder abrir concursos para ocupar essas vagas que entretanto serão deixadas. Assim, a criação destes 18 novos postos de trabalho não representa um aumento de despesa com pessoal para o município, uma vez que os postos em causa são actualmente ocupados por trabalhadores em regime de substituição e de contrato a termo certo. Criam-se assim as condições para a abertura de concursos para os cargos que deixarão de estar ocupados com o vencimento dos contratos a termo certo, mas cuja função é uma necessidade permanente do município. Entretanto, por recomendação da IGAL, abrir-se-á o único verdadeiramente novo posto para um lugar até aqui inexistente, nomeadamente para a função de fiscal de obras.-----

A proposta de alteração ao mapa de pessoal foi aprovada por unanimidade, com ausência da Vereadora Regina Ferreira. Submeter à Assembleia Municipal.-----

Posto o que o Presidente propôs a entrada na ordem de trabalhos da proposta para a abertura de procedimentos concursais para Dirigente, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira.-----

A entrada deste ponto foi aprovada por unanimidade.-----

- Proposta para a abertura de procedimentos concursais para Dirigente, Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira.-----

Aprovado por unanimidade a autorização para abertura dos procedimentos concursais para o cargo em epígrafe.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----
